

## História, discurso e memória: o jornal nosso tempo como prática de resistência frente à ditadura militar no período 1980-1985

Samuel Cabanha <sup>1</sup>  
Luciana Vedovato <sup>2</sup>

### Resumo

Este artigo aciona História, Discurso e Memória desde o presente. Para isso, explora o discurso do Jornal Nosso Tempo a partir de algumas edições, atualmente em formato digital, mas que foram veiculadas de forma impressa e que circularam no município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, no período 1980-1985. A partir da Análise do Discurso de vertente Francesa (AD), busca-se compreender como o discurso do jornal de cunho burguês problematizou a questão de uma imprensa “livre” e “democrática”. Para abordagem dessa fonte histórica-documental, incluiu-se algumas edições do jornal, trechos de discursos, *charges* e fotografias como *corpus* de análise, com duas teses fundamentais; em primeiro plano, analisa o discurso do jornal como prática de resistência à ditadura militar e, em segundo plano, busca compreender como a organização desse discurso (por meio da publicação e circulação do jornal) interagiu com as questões sociais, com a imprensa oficial e com a imprensa colaboracionista. Como resultado, o artigo (re)constrói alguns detalhes que permeiam a história do município de Foz de Iguaçu, enfatizando o papel do discurso na construção da memória.

Palavras-chave: Jornal; Memória; Discurso; Imprensa.

### 1. Introdução

O que se pleiteia com a apresentação deste artigo é analisar o discurso do Jornal Nosso Tempo a partir de sua materialidade, ou seja, embora nosso *corpus* de análise tenha sido as edições atualmente digitalizadas<sup>3</sup>, as trataremos aqui como fontes históricas e documentais que foram veiculadas e que circularam no município de Foz do Iguaçu durante a ditadura militar<sup>4</sup> no período 1980-1985. Como parte da análise desse *corpus*, utilizou-se algumas edições do Jornal Nosso Tempo publicadas no período de 1980-1985 e, para isso, nos apropriamos da ideia de Orlandi (2005, p. 10), ou seja, promoveu-se uma análise do discurso que ultrapassa a maquinaria linguística dos textos políticos. Ultrapassar essa maquinaria, segundo Orlandi (2005, p. 10) é o exercício ou a prática de uma Análise de Discurso que funciona como um dispositivo que permite analisar a textualização do político.

A ideia é explicitar como os agentes envolvidos buscam construir uma memória e a dotar de sentido, neste caso, tendo como *corpus* de análise os processos de construção da memória social e, também, de legitimação dos meios de comunicação como lugares de

<sup>1</sup> Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras (PPGSCF), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, Campus de Foz do Iguaçu, PR, Brasil. Psicólogo e Docente no Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), nos cursos de Administração, Direito e Ciências Contábeis, UNIOESTE, Campus de Foz do Iguaçu. Paraná, Brasil. E-mail: samuelcabanha72@gmail.com

<sup>2</sup> Docente no curso de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras (PPGSCF), nível Mestrado e Doutorado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, Campus de Foz do Iguaçu, PR, Brasil. E-mail: lucianavedovato@yahoo.com.br

<sup>3</sup> <https://www.nossotempodigital.com.br/>

<sup>4</sup> O período em que vigorou a Ditadura Militar no Brasil foi um período caracterizado pelo controle do regime militar sobre o político, econômico e social durante o período que vai do ano de 1964 a 1985.

memória. Tal escolha se deu porque segundo Costa e Saraiva (2011), é crucial problematizar os usos e abusos aos quais se presta a memória enquanto atividade exercida em um lugar de memória com intenção de representar em verdade as coisas passadas, ou seja,

Quem constrói a memória?

Com que finalidade? Para quem? Em detrimento de quem? (...)

Essa intencionalidade atribuída às formas de representação do passado não pode ser desvinculada das relações de poder inerentes a esse “resgate”. (COSTA; SARAIVA; 2011, p. 1764)

Nesse sentido, um dos alertas deste artigo é que ele não pretende romantizar, por um lado, o período de ditadura militar e, nem tampouco, as práticas de resistência através do discurso do Jornal Nosso Tempo<sup>5</sup> frente a esse regime. Nosso objetivo é compreender, a partir da materialidade do jornal, a relação entre o simbólico e as relações de poder. Dessa forma, a lógica do presente artigo gira em torno de duas questões fundamentais: a) analisar o discurso do jornal Nosso Tempo como forma de prática de resistência a ditadura militar no período 1980-1985; b) entender como esse discurso se organizou e reorganizou frente às relações que estabeleceu com a sociedade iguaçuense e frente à imprensa oficial.

A partir dessas duas questões, a ideia é discutir o discurso do Jornal Nosso Tempo enquanto um aparato discursivo de contestação da visão hegemônica, ou seja, enquanto uma perturbação nessa rede de pré-construído. O pressuposto teórico-metodológico gira em torno da Análise do Discurso de vertente Francesa (AD), tratando das condições sociais de produção e materialização do poder no discurso oficial em contraposição ao discurso do Jornal Nosso Tempo, ou seja, este artigo expressa de maneira categórica como acontece à construção discursiva do social.

De forma circunscrita, esse texto opta pela análise do discurso como teoria para interpretação, pois ela possibilita compreender as representações sociais e como estas (re)produzem sentidos. Assim, dentro desse espectro, este artigo apresenta como *corpus* de análise algumas edições do Jornal Nosso Tempo, onde se encontram materializadas duas Formações Discursivas (FD) distintas: por um lado, analisa a própria formação discursiva do Jornal Nosso Tempo, tomando como *corpus* de análise o discurso do jornal que aqui denomino de prática de resistência, que se dão através da construção de modos próprios de

<sup>5</sup> O primeiro número do Jornal Nosso Tempo foi publicado num contexto de ditadura militar em três de dezembro de 1980. Dentre os seus onze sócios, estão os seguintes: Alberto Koelbl, Evandro Stelle Teixeira, Eloy Adail Brandt, Emerson Wagner, José Cláudio Rorato, José Leopoldino Neto, João Adelino de Souza, Severino Sacomori e Sérgio Spada, políticos ligados ao PDT e PMDB, Evandro Teixeira e Alberto Koelbl vereadores pelo PDS na época, e os jornalistas Jessé Vidigal e Juvêncio Mazzarollo que dentre os onze sócios do jornal não assumiram cargos políticos no decorrer de suas carreiras enquanto mantinham o jornal ou anos que se seguiram a sua fundação, ainda que Mazzarollo tenha se candidatado a vereador pelo PDT (ARANHA, 2014, p. 2).

dizer e, por outro lado, explora a relação do jornal com a formação discursiva presente no discurso oficial<sup>6</sup> e imprensa colaboracionista.

Ao trabalhar com duas formações discursivas distintas, este artigo compreende as edições do jornal como um espaço discursivo e, nesse sentido, toma o discurso do Jornal Nosso Tempo como prática de resistência à ditadura militar no período 1980-1985, a partir da análise de alguns trechos, fotografias e *charges* que debatem a Lei de Segurança Nacional (LSN) e a luta pelas eleições diretas. Por outro lado, explora como *corpus* de análise o discurso oficial e da imprensa colaboracionista, que se apresenta como um conjunto de estratégias discursivas que trabalhavam como subversivas qualquer ideia contrária ao regime militar, ou seja, estratégias discursivas que visavam produzir sentidos e certas memórias sempre ligadas a “moral e aos bons costumes”, ao patriotismo, aos regamentos e ordenações.

Ainda que o discurso do Jornal Nosso Tempo se inscreva dentro de uma formação discursiva que podemos caracterizar pequeno burguesa, este artigo serve para exemplificar como os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) que atuam com “informação” (imprensa escrita, rádio, TV, etc.) são fundamentais na reprodução das condições sociais de produção, pois numa sociedade do discurso a mídia situa-se num entremeio, de cujo lugar, legitima alguns dizeres e aponta quais dizeres são legítimos. Aqui cabe uma advertência com referência aos fatos que são narrados neste artigo. A advertência que se faz é que este artigo não pretende naturalizar os conflitos que ora existiram no período em que vigorou a ditadura militar e, nem tampouco, minimizar quaisquer acontecimentos que os sujeitos tenham vivenciado durante esse período (torturas, violência física, violência psicológica, violência patrimonial, etc.), mas sim, através da análise do discurso, trazer a tona algumas reflexões sobre duas formações discursivas antagônicas e como estas se configuraram.

## 2. Formações discursivas em contraste: a construção discursiva do social

Antes de adentrar diretamente na discussão do artigo, ou seja, discutir a construção discursiva do social é necessária uma compreensão da noção de formação discursiva. Segundo Foucault (1987, p. 135), a formação discursiva apresenta-se como “um conjunto de enunciados que não se reduzem a objetos linguísticos, tal como as proposições, atos de fala ou frases, mais submetidos a uma mesma regularidade e dispersão na forma de uma ideologia”, ciência, teoria, etc. Se atentarmos para a noção de formação discursiva dada por Foucault, se

---

<sup>6</sup> Discurso Oficial é aqui compreendido por todo aquele discurso que é exarado pelo poder público a época da Ditadura Militar, seja ele proferido pelo próprio governo ou pelos órgãos da administração pública direta e indireta, ou ainda, aquele proferido pela imprensa que estava ligada ideologicamente a Ditadura Militar.

verá que ela é derivada do paradigma marxista da formação social e da formação ideológica dada por Althusser, sendo essa compreensão fundamental, pois é a partir dela que é possível compreender a noção de formação discursiva. Segundo Foucault (1987, p. 135) “um enunciado pertence a uma formação discursiva, como uma frase pertence a um texto, e uma proposição a um conjunto dedutivo”. A partir disso, é possível compreender melhor essa noção e dar sentido a definição do que é o “discurso”. Para Foucault, o discurso é um conjunto de enunciados, na medida em que

A lei dos enunciados e o fato de pertencerem à formação discursiva constituem uma e única mesma coisa; o que não é paradoxal, já que a formação discursiva se caracteriza não por princípios de construção, mas por uma dispersão de fato, já que ela é para os enunciados não uma condição de possibilidades, mas uma lei de coexistência, e já que os enunciados, troca, não são elementos intercambiáveis, mas conjuntos caracterizados por sua modalidade de existência (FOUCAULT, 1987, p. 135).

Possuindo essa compreensão e a fim de trabalhar com a noção de formação discursiva, tomou-se como base para análise e breve discussão alguns documentos produzidos por órgãos oficiais do governo, trechos do jornal, imagens, fotografias e *charges*, conforme se vê na Figura 1 (a seguir):

Figura 1 – Manchete da Edição n° 3 do Jornal Nosso Tempo, página 7 (1980)



Fonte: <http://www.nossotempodigital.com.br/o-jornal/>

Neste caso em específico (figura 1), no texto da manchete têm-se o enunciado “debate livremente” e “julga a administração Cunha Vianna”, o significa dizer que além de esses trechos recortados denotarem claramente o posicionamento do jornal, ou seja, uma formação discursiva antagônica ao discurso oficial, também é um “enunciado que fixa o sentido de uma

participação efetiva da população na causa revolucionária” (MARIANI, 1999, p. 117), ou seja, na causa do jornal.

Por outro lado, de forma objetiva se observa uma crítica do jornal ao modelo de escolha dos prefeitos e governadores, pois o golpe militar de 1964 impediu a manifestação mais legítima de cidadania, ao proibir o voto direto para presidente da República e representantes de outros cargos majoritários, como governador, prefeito e senador. O entendimento da ditadura militar que ocupava a administração federal era de que havia uma desmoralização da vida política nacional o que, de fato ficou evidente essa questão com o “Pacote de Abril de 1977”, ato do regime que estabeleceu inúmeras medidas de restrição e arrouchou ainda mais os mecanismos políticos democráticos que ainda sobreviviam em algumas esferas administrativas, suprimindo mecanismos da “vontade popular”.

O pacote de abril de 1977 veio acompanhado da mobilização de um discurso moralista que atribuía à inépcia do eleitor a responsabilidade pela suposta crise moral da administração pública e, para aplicação dessas medidas, o entendimento do regime estava de acordo ao título V do artigo 83 da Constituição Federal de 1967, que consignava a competência do Presidente da República para aprovar a nomeação dos prefeitos dos municípios considerados de interesse da segurança nacional, (os “biônicos”). Apenas deputados federais, estaduais e vereadores eram escolhidos pelas urnas. Segundo Alencastro (2014, p. 7), foi com o AI-2 e o AI-3 (1966), que a Ditadura Militar fez restrições ao STF, a extinção dos partidos políticos e as eleições indiretas para governador e prefeito das capitais, porém, o município de Foz do Iguaçu, por estar localizado em área de fronteira e, em decorrência, de “Interesse da Segurança Nacional”, tinha seu Executivo Municipal nomeado.

Nesse sentido, de forma nevrálgica o Jornal Nosso Tempo procura questionar o sistema a partir de uma luta inicial contra o modelo de nomeação de prefeitos, conforme se vê na edição do Jornal Nosso Tempo (Edição n° 29, 1981, p. 1):

Prefeito prestigia corruptos e incompetentes – Secretaria Municipal de Educação está entregue às traças. Cunha Vianna está isolado. Corruptos são promovidos ao invés de punidos. Quem falou tudo isso foi ninguém menos que o presidente da Câmara, João Kuster (NOSSO TEMPO, 1981, ed. n° 29, p. 1).

Assim, este artigo procura enfatizar como ocorreram algumas formas de disputas políticas que, por meio da imprensa como campo discursivo demonstram, aparentemente, uma preocupação com a busca por uma memória política da cidade. Memória deve ser compreendida aqui conforme a noção dada por Pêcheux (1999, p. 50), ou seja, “não no sentido diretamente psicologista da “memória individual”, mas nos sentidos entrecruzados da

memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador”.

Nesse mesmo sentido, entrecruzando a memória com a produção de sentidos, Mariani (1999, p. 102) é categórica ao dizer que a imprensa, ao tratar algumas questões relativas ao seu saber-fazer, não faz apenas uma leitura dos acontecimentos, mas principalmente, esse discurso jornalístico produz sentido e memória. Isso fica evidente quando da publicação da terceira edição do Jornal Nosso Tempo, publicada em 17 de dezembro de 1980, quando os editores do jornal organizaram uma mesa para debater o papel dos prefeitos biônicos.

Dos seis políticos convidados a debater, três eram sócios do Nosso Tempo, sendo estes os dois vereadores pelo PDS e o vereador Sérgio Spada do PMDB. Dessa forma, pode-se inferir, em tese, que um dos objetivos do Jornal era abrir um espaço para críticas aos políticos da região vinculados ao regime militar, ou seja, destes como representantes locais deste poder central, ou seja, o governo federal. Assim, se observa que o discurso, enquanto campo de disputa, não questionava apenas a ditadura militar enquanto um regime legítimo, mas também mirava uma luta pelo poder e pela fixação de sentidos, ou seja, uma luta pela memória do dizer.

E, nesse sentido, Mariani (1996, p. 46) assevera que

A mídia funciona, neste sistema, como um elemento fundamental na representação e re-produção dos “consensos de significação” resultantes das hegemonias políticas ou, ao contrário, participa da sua dissolução. Um elemento que está em jogo, portanto, é o tempo: passado e projeções de futuro se entrecruzam no cotidiano jornalístico, que vai montando e reconfigurando leituras da história e da política, na tentativa de explicar/didatizar os acontecimentos, ou seja, construindo um sentido “natural” para a instabilidade do presente (MARIANI, 1996, p. 46).

Dessa forma, a partir da análise do discurso buscou-se acionar essa memória a partir do presente, ou seja, analisar a capilarização do discurso do Jornal Nosso Tempo direcionado a sociedade iguaçuense durante o período de 1980-1985, fato que é crucial para compreender a construção de sentidos nesse período. Para isso, utilizou-se de trechos de discurso recortados do jornal além do uso do recurso de imagens, fotografias e charges, haja vista que as imagens assumem papel relevante na representação e construção da realidade e, por vezes, as imagens podem causar maior impacto que qualquer texto ou narrativa oral.

Por opção, essa pesquisa abusou do uso de imagens de documentos, fotografias e *charges* como fontes e formas de interpretação e questionamento do modo como a estruturação política acontecia. Segundo Cabanha (2017, p. 24) “a fotografia é carregada de elevado valor emocional, sendo que é praticada com o intuito de criação e preservação de

recordações”. A respeito da utilização da “ilustração” em trabalhos, Freisleben (2015, p. 930) aponta que

A História é registrada a partir de documentos e da arte em pinturas, filmes, vídeo e produção fotográfica. As imagens ajudam a construir relações entre a aparência e a realidade, entre o singular e o comum e entre o visível e a significação. A fotografia, apesar de surgir historicamente no meio dos fatos como registro, mantém um foco privilegiado com a imaginação e com as ideias. Portanto, é constitutivamente histórica e se configura como um elemento privilegiado para o artista, o historiador, o professor e o pesquisador (FREISLEBEN, 2015, p. 930).

O uso de imagens de documentos e fotografias também se ancora em Pêcheux (1999, p. 51), cujo autor aponta que

A negociação entre o choque de um acontecimento histórico singular e o dispositivo complexo de uma memória poderia bem, com efeito, colocar em jogo a nível crucial uma passagem do visível nomeado, na qual a imagem seria um operador de memória social (PÊCHEUX, 1999, p. 51).

O interesse sobre o assunto foi o de compreender o discurso do Jornal Nosso Tempo como materialidade do discurso, ou seja, uma prática de resistência através da qual se travaram lutas.

Mesmo que a materialidade do discurso do Jornal Nosso Tempo se desse num campo que pode ser compreendido enquanto uma prática de resistência, ou ainda, uma atitude contestatória ao regime militar, o Jornal Nosso Tempo seguia uma linha editorial propondo soluções pequeno-burguesas, pois ainda que possuísse esse caráter contestatório, que reconhecemos, se configura dentro de um campo mais progressista, sobretudo um avanço significativo durante a ditadura militar, ainda assim, seguindo a noção dada por Althusser (1999, p. 130) o embate feito pelo Jornal Nosso Tempo se enquadrava dentro de uma perspectiva de lutas típicas da “ditadura da burguesia sob as formas de um aparelho democrático parlamentar ou presidencialista”. Nesse mesmo sentido, Althusser (1999, p. 28) assevera que “é impossível falar do Estado, do Direito e da Ideologia sem fazer intervir a Luta de classes”.

A nosso ver, o verdadeiro caráter contestatório estaria na formulação de uma formação discursiva que buscasse a superação das avenças fora da ordem, ou seja, de tal modo que o discurso do jornal encampasse uma “luta de classes que se desenrolasse, no essencial, fora das formas legais democrático-burguesas” (ALTHUSSER, 1999, p. 130).

Portanto, restringir à análise do discurso a noção de uma luta do bem contra o mal, seria romantizar ou no mínimo, reduzir as disputas ideológicas e de poder entre os atores sociais a um caráter ufanista. No entanto, esse objeto não deixa de ser interessante para

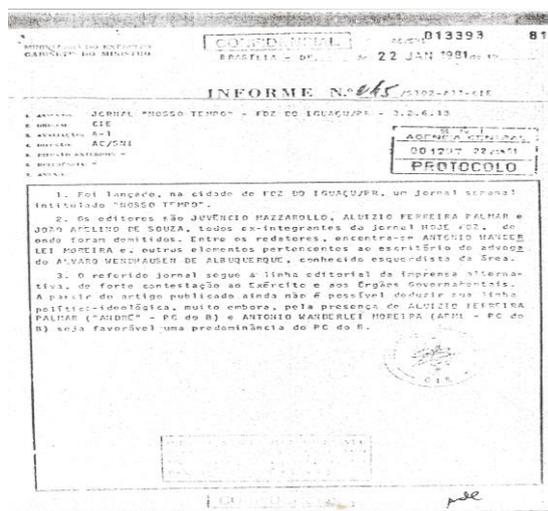
compreender o posicionamento – discurso do jornal – enquanto um questionamento ao modo como a estruturação política acontecia em nível federal e local.

Por isso, é válida a compreensão desse discurso enquanto uma prática de resistência. Como o discurso do jornal centra-se em matérias elaboradas pelos editores, sentiu-se a necessidade de abordar também, algumas idas e vindas de um editor do Jornal Nosso Tempo, Juvêncio Mazarollo<sup>7</sup> (1945 – 2014).

Dado o ponto de partida, os discursos (reportagens) – *corpus* de análise – não estão integralmente incorporados ao artigo por uma lógica processual, a saber, a produção do artigo, mas podem ser encontrados nos arquivos digitais e sítio eletrônico do Jornal Nosso Tempo<sup>8</sup>.

Buscou-se trabalhar com esse corpus de análise, pois os discursos são formas de disputas pela memória (por uma memória), sem necessariamente, estarem enclausurados a um tempo e, por isso, podem ser constantemente (re)visitados e alvos de disputas. É no campo discursivo que os interlocutores travam suas lutas e foi possível observar este fenômeno a partir da pesquisa feita em diversas edições do jornal veiculadas a sociedade iguaçuense. Diante do lançamento e posicionamento do jornal, surgem os primeiros embates (primeiramente, no campo do discurso), conforme se observa no Informe nº 045, de 22 de janeiro de 1981, (Ministério do Exército), Figura nº 2 (a seguir)

Figura 2 - Informe nº 045, de 22 de janeiro de 1981, (Ministério do Exército),



Fonte: <https://documentosrevelados.com.br/relatorio-de-investigacao-do-centro-de-informacoes-do-exercito-sobre-o-jornal-nosso-tempo/>

<sup>7</sup> Além de ser editor do referido jornal, Juvêncio Mazarollo, Professor e Jornalista, teve papel fundamental na história da classe docente, ajudando a defender e organizar os professores de Foz do Iguaçu e do Paraná antes mesmo da criação formal de núcleo sindical (que viria a ocorrer em 1983).

<sup>8</sup> Disponível em: <http://www.nossotempodigital.com.br/o-jornal/>

Ao se debruçar atentamente para o texto do informe (Figura 2), é possível ver em funcionamento essa formação discursiva, ou seja, através desse informe a Itaipu<sup>9</sup> responde na mesma linha do discurso da ditadura militar quando faz menção que “o referido jornal segue a linha editorial da imprensa alternativa, de forte contestação ao exército e aos órgãos governamentais”. Desse discurso, é possível extrair inúmeras possibilidades, mas aqui, vamos extrair apenas um, o de que existia uma imprensa alternativa, ou seja, que comprova uma tese deste artigo, a saber, que havia um choque entre as formações discursivas, a saber, a formação discursiva do governo e de alinhamento ao governo (imprensa colaboracionista) e a formação discursiva que pode ser compreendida como uma prática de resistência, na qual o Jornal Nosso Tempo se enquadra.

Assim, é possível ver que as instituições estatais da ditadura, órgãos do governo, através de seus departamentos de comunicação (assessorias de comunicação ou imprensa) podem ser enquadrados como portadores de um mesmo dizer(dizeres) enquanto um saber pertencente a essa formação discursiva, bem como, aqueles órgãos de imprensa em funcionamento por concessão, ou seja, a imprensa colaboracionista (alinhada ao governo), que se valeram de várias estratégias discursivas na tentativa de enquadrar como subversivas as ideias contrárias ao sistema vigente. A materialização do contra-ataque dos órgãos do governo e da imprensa oficial ao Jornal Nosso Tempo durante o período de ditadura militar é evidente quando se confronta o discurso do jornal, discurso de oposição, que sofreu imensas perseguições durante sua existência, com ameaças de atentados a bomba e das prisões de seus editores, além do que, em várias ocasiões, foram articulados boicotes, com ameaças aos anunciantes.

Essa perseguição é perceptível quando se observa os documentos exarados pelo Serviço Nacional de Inteligência (SNI)<sup>10</sup> e pela Assessoria Especial de Segurança e Informações da Itaipu Binacional, documentos que revelam as medidas tomadas com o intuito de obstruir o discurso do jornal, ou seja, com o claro intento de fechar o jornal de oposição.

---

<sup>9</sup> Segundo Druciaki (2019) “a construção da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional resultou da conjunção de diversos fatores que transformaram a realidade geográfica da Tríplice Fronteira Brasil–Paraguai– Argentina. A visão estrategista dos governos militares brasileiros e paraguaio, somado ao potencial hidrelétrico do Rio Paraná, que forma a Bacia do Prata na América do Sul (notadamente o trecho de 198 quilômetros entre Foz do Iguaçu até Guaíra, a montante), culminou com a construção e implementação do empreendimento que mais gera e produz energia elétrica até os dias atuais” (DRUCIAKI, 2019, p. 91). Segundo Ribeiro (2006, p. 01) “a construção da hidrelétrica de Itaipu, representou um enorme impacto ambiental”. A memória que prevalece com relação a este projeto oculta em um cenário de luzes e sons essas questões. A versão que prevalece é a memória oficial de Itaipu destacando o quanto somos tributários da energia produzida, como gostam sempre de reverberar “sem a energia de Itaipu o Brasil estaria literalmente às escuras” (RIBEIRO, 2006, p. 01).

<sup>10</sup> Disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2021/08/noosso-tempo-publicidade.pdf>

Para demonstrar como o jornal fez uma articulação de oposição e confronto a partir do discurso, traçamos algumas idas e vindas de um editor do Jornal Nosso Tempo em Foz do Iguaçu, tudo isso, com o intuito de deixar algumas pistas para futuros estudos. Ao escrever o artigo intitulado “*O último preso político: Juvêncio Mazzarollo no crepúsculo da ditadura militar no Brasil*”, o historiador Jacob Blanc (2016, p. 397), de forma breve trata um pouco da biografia de Juvêncio Mazzarollo e, a respeito dele, escreve o seguinte:

Filho de imigrantes italianos, o Juvêncio cresceu no Rio Grande do Sul e desde criança foi exposto às injustiças que existiam no campo brasileiro, tanto por ter trabalhado como agricultor ao lado da família como através da influência da teologia da libertação na igreja local. Sua primeira experiência pessoal com o regime militar aconteceu em 1968, quando foi preso e passou uma noite na cadeia por ter participado do encontro da União Nacional dos Estudantes (UNE) em Ibiúna, São Paulo. Na década de 70, Juvêncio trabalhou como professor em Medianeira, Paraná, mas foi demitido em 1978 pelos comentários que fez durante uma greve. O então governador do Paraná, Jaime Canet, tinha chamado os professores em greve de “subversivos”, ao que Juvêncio respondeu que “subversivo é o governador que não cumpre o que a lei trabalhista determina para o Magistério”. Foi sumariamente demitido pelo então governador interventor Jaime Canet Jr., por causa de uma entrevista que concedeu ao jornal Hoje Foz criticando a condução da educação no Paraná. Fora do magistério, Juvêncio passou a trabalhar no jornal que o entrevistara. Desempregado e posto na lista negra do serviço público, Juvêncio passou dificuldades por dois anos até se mudar para Foz do Iguaçu, onde lançou com dois colegas um jornal político independente (BLANC, 2016, p. 397).

A partir disso, estando desempregados, Aluízio Palmar, João Adelino de Souza e Juvêncio Mazzarollo idealizaram a criação de um jornal que teria sua linha editorial assentada na exposição dos problemas da cidade (BLANC, p. 397), no combate à ditadura, defesa dos movimentos populares e na luta por eleições diretas para todos os cargos eletivos, em especial dos prefeitos das chamadas “áreas de segurança nacional”. Apesar deste artifício legal, as pressões prosseguiram até que o regime arbitrário usou seu último recurso: enquadrar e processar Aluízio, Adelino e Juvêncio pela Lei de Segurança Nacional. Os dois primeiros foram absolvidos, mas Juvêncio foi condenado inicialmente a dois anos de prisão, pena depois aumentada para quatro anos pelo Superior Tribunal Militar.

Mesmo com Juvêncio Mazzarollo na prisão, o jornal Nosso Tempo manteve a linha editorial, sendo que Juvêncio continuou a escrever seus artigos da prisão.

### **3. Jornal Nosso Tempo: discurso, fotografias e charges para a produção de sentidos**

Antes de adentrar diretamente ao enunciado, “polos do discurso e produção de sentidos”, é preciso fazer uma advertência, a saber, que para o domínio teórico da Análise do Discurso de vertente Francesa (AD), do “ponto de vista filosófico, a linguagem não é

transparente, mas opaca” (MARIANI, 1996, p. 26), ou seja, para a análise do discurso a língua não é concebida como “visão-percepção do mundo e, em seu limite, como a origem deste último” (PÊCHEUX; FUCHS; 1990, p. 173). Assim, observa-se que em se tratando de análise do discurso, exterioridade não se confunde com a ideia de realidade empírica. Para Mariani (1996, p. 26), a realidade, portanto,

Não é algo dado, um mundo externo, mas sim, algo que resulta da necessária significação com que o homem, ser simbólico, investe suas práticas sociais e lingüísticas. E, assim, retornamos à produção de sentidos: ao dizer, o sujeito está sempre significando (ou, interpretando a “realidade”), retomando e renovando os processos de significação constitutivos de sua historicidade (MARIANI, 1996, p. 26).

Neste artigo é possível observar esse forte caráter de contestação-oposição do Jornal Nosso Tempo, bem como, da retaliação por parte dos órgãos de governo e da imprensa colaboracionista contra a atuação do jornal, a saber, com um destaque a ocasião em que o jornalista Juvêncio Mazarollo foi preso (Figuras 3 e 4 a seguir) com base na Lei de Segurança Nacional (LSN)<sup>11</sup>. Segundo Júnior (2013, p. 527),

A Lei de Segurança Nacional (LSN) de 1935 definia os crimes contra a ordem política e social e as respectivas sanções. A principal finalidade da mesma era transferir para um texto especial os crimes contra a segurança do Estado, submetendo-os a um regime rigoroso, com o abandono das garantias processuais. (JÚNIOR, 2013, p. 527).

A partir das imagens 3 e 4 (fotografias) a seguir, é possível entender como os primeiros embates foram travados no campo do(s) discurso(s), os quais, posteriormente, levaram a prisão de um dos editores do jornal. E isso não é de se estranhar, pois segundo Mariani (1999, p. 102),

O ato de noticiar não é neutro nem desinteressado: nele se encontram, entrecruzando-se, os interesses ideológicos e econômicos do jornal, do repórter, dos anunciantes bem como, ainda que indiretamente, dos leitores. Além desses fatores, as forças políticas em confronto no momento histórico em que se divulga um acontecimento vão constituir também os sentidos produzidos pelas notícias. (MARIANI, 1999, p. 102).

Ainda que esse caráter de contestação esteja presente, tanto no discurso do jornal como na retaliação que sofreu, não há como deixar de analisar a produção da imagem a seguir. Segundo Mariani (1999, p. 103),

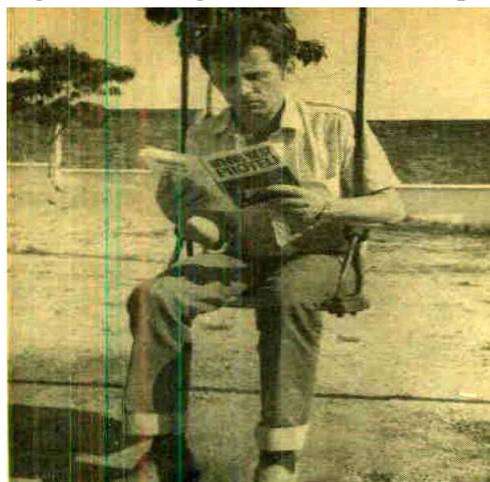
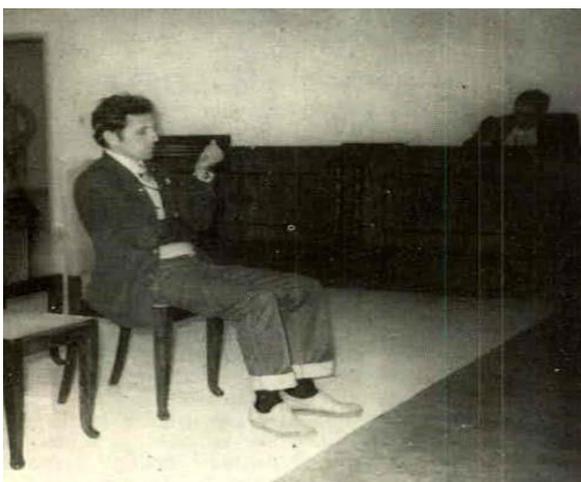
A fotografia organiza um flagrante produzindo a ilusão de que aquilo que se vê nela é de fato correspondente ao real fotografado. Parece evidente e óbvio que o clique da

<sup>11</sup> O Governo de Getúlio Vargas modificou vigorosamente a LSN, com o fim de aperfeiçoá-la, tornando cada vez mais rigorosa e eficaz a repressão dos crimes políticos (JÚNIOR, 2013, p. 528).

fotografia retrata o mundo. No entanto, é uma ilusão supor um real primeiro, dotado de um sentido próprio e imanente que a fotografia poderia retratar fielmente. O que se vê numa foto são as realidades organizadas por um discurso com uma ordem própria. (MARIANI, 1999, p. 103)

Figuras 3 e 4 (fotografias) - Juvêncio Mazzarollo no banco dos réus e na prisão, no ano de 1982.

Figura 3: (fotografia): Juvêncio no banco dos réus. Figura 4: (fotografia): Juvêncio na prisão.



Fonte: <https://documentosrevelados.com.br/a-perseguido-da-ditadura-ao-jornal-nosso-tempo-parte-2/>

Para Mariani (1999) a fotografia, ao capturar uma cena, na verdade, está a produzir sentidos, ou seja, “organizando sentidos do amplo processo de organização política e cultural” de uma formação social dada. Para essa autora,

Ao se pensar do ponto de vista do observador da foto, percebe-se que este sofre os efeitos de significação produzidos pelo modo como a foto foi tirada. Isto não quer dizer, porém, que a própria observação seja passiva, pois aquele que olha a foto também irá produzir seus efeitos de compreensão e significação sobre a imagem congelada, na medida em que as histórias particulares de leituras se projetam e incorporam uma leitura possível (dentro outras naquele momento histórico) para a foto (MARIANI, 1999, p. 104).

Assim, observa-se que inseridos na ordem do discurso jornalístico “os acontecimentos são transformados em fatos” (MARIANI, 1999, p. 105) explícitos ou implícitos, ou seja, essa foi uma forma que o jornal também adotou como uma prática de resistência, a saber, através do uso de imagens, fotos ou até mesmo infográficos<sup>12</sup>, conforme pode se observar abaixo, nas figuras 5 e 6, recortadas da Edição n° 44, de 10 de março de 1982,

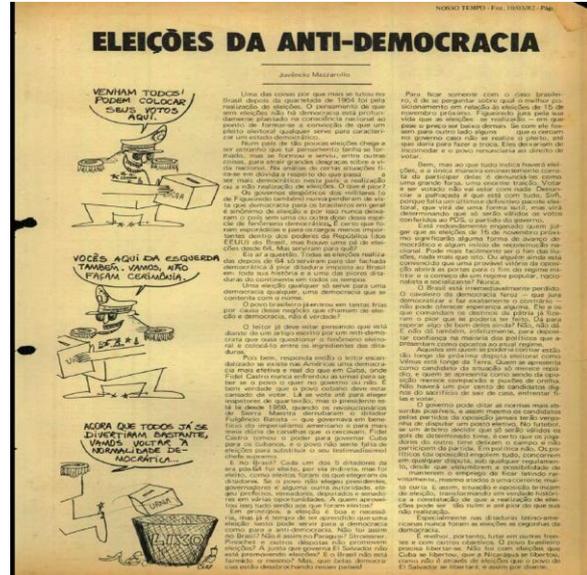
<sup>12</sup> Apresentação de textos ou dados com utilização de elementos gráficos.

Figuras 5 e 6 – Discurso para uma imprensa Livre e democrática. Jornal Nosso Tempo, edição n° 44, de 10 de março de 1982

Figura 5



Figura 6



Fonte: <http://www.nossotempodigital.com.br/o-jornal/>.

Tendo em conta que “os aparelhos ideológicos de Estado são o lugar da “realização” da ideologia (ALTHUSSER, 1999, p. 206) e ainda, segundo esse autor, que “toda ideologia tem como função (que a define) “constituir” indivíduos concretos como sujeitos” (p. 210) é possível compreender o lugar de fala do Jornal Nosso Tempo, ou seja, ainda que esteja presente a designação de jornal alternativo cunhado pela ditadura, vemos que o jornal se enquadra dentro dessa ordem, a saber, como um lugar da realização, haja vista que não promove um corte epistêmico total com a ordem burguesa, ou seja, propõe apenas soluções pequeno-burguesas. Para sedimentar ainda mais essa compreensão, ou seja, para enunciar esse fato em uma linguagem mais científica, Althusser (1999, p. 76) diz que

A reprodução da força de trabalho exige não só uma reprodução de sua qualificação, mas, ao mesmo tempo, uma reprodução de sua submissão às regras do respeito à ordem estabelecida, isto é, por parte dos operários, uma reprodução de sua submissão à ideologia dominante, e por parte dos agentes da exploração e da repressão, uma reprodução de sua capacidade para manipular bem a ideologia dominante, a fim de que garantam “pela palavra” a dominação da classe dominante (ALTHUSSER, 1999, p. 76).

Devido a isso, é necessário esclarecer dois pontos importantes, em primeiro lugar, é enfatizar que o Jornal Nosso Tempo se enquadra dentro dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) da informação, ou seja, jornais ou grupos de jornais, aqueles órgãos que integram os aparelhos da edição-difusão (ALTHUSSER, 1999, p. 99) e, em segundo lugar, é que

conforme aponta Althusser (1999, p. 96), “nenhuma classe pode ter em suas mãos o poder do Estado de forma prolongada e duradoura sem exercer sua hegemonia sobre e nos aparelhos ideológicos do Estado ao mesmo tempo” (ALTHUSSER, 1999, p. 96). Dessa forma, é possível compreender que os AIE não podem ser apenas o objeto, mas também o local da luta de classes.

Com isso, essa análise pretende levar a discussão a um caráter mais amplo, compreendendo o discurso do Jornal Nosso Tempo circunscrito a determinado período e a uma dada formação social, ou seja, a uma dada condição de produção histórica. Assim, o discurso do Jornal Nosso Tempo está circunscrito ao campo da ideologia e é constituído pela expressão das relações sociais de produção, que segundo Pêcheux (2011, p. 127) resulta de relações que acontecem

Num dado momento histórico, de classe características de uma formação social dada (através do modo de produção que domina, a hierarquia das práticas de que este modo de produção necessita, os aparelhos através dos quais se realizam estas práticas, as posições que lhe correspondem, e as representações ideológico-teóricas e ideológico-políticas que delas dependem) (PÊCHEUX, 2011, p. 127).

Outra questão a acrescentar é que apontam Cazarin e Razia (2014, p. 197), cujas autoras asseveram que é preciso considerar ainda que tanto as imagens como os recursos disponibilizados pela mídia, “antes de se constituírem gestos de interpretação do analista, são já gestos de interpretação da própria mídia, na medida em que resultam de recortes seletivos relacionados a injunções na ordem do dizer/mostrar”.

Dessa forma, neste artigo propõe-se a existência de no mínimo, dois lugares bem distintos de produção dos dizeres, a saber: a) imprensa do governo (imprensa oficial) através de seus órgãos institucionais e a imprensa que coopta o apoio civil aos militares (imprensa colaboracionista) e, b) imprensa caracterizada por uma oposição aos interesses do governo (imprensa que busca o apoio civil em oposição ao regime militar), que acredito se enquadra o discurso do Jornal Nosso Tempo, nosso *corpus* de análise.

A partir desses dizeres distintos e da posição sujeito do jornal (formação discursiva do jornal Nosso Tempo), é possível afirmar que o que surge aí, um acontecimento, não o discurso. Segundo Cazarin e Razia (2014, p. 194),

Quando nos referimos a fatos e acontecimentos históricos, partimos do princípio de que, em Análise do Discurso (AD), o que interessa não é o acontecimento em si, o evento empírico; o que interessa é o acontecimento tomado enquanto fato histórico, resultado de uma interpretação – o fato histórico, como afirma Le Goff (1996), já é uma construção que atesta a história como prática social e, por conseguinte, sua não neutralidade. Reconhecemos, no entanto, que um acontecimento em si pode ocorrer

independentemente do sujeito, mas só se torna fato histórico quando por ele simbolizado. (CAZARIN; RAZIA; 2014, p. 194)

Nesse mesmo sentido, levando-se em consideração que “um acontecimento, na maioria dos casos, já é resultado de uma discursividade anterior, de uma construção discursiva” (CAZARIN; RAZIA; 2014, p. 194) e que, sobretudo, o discurso é produzido ideologicamente e estruturado por noções distintas e antagônicas, cria-se nessa condição, um lugar de fala específico para o Jornal Nosso Tempo, cujo discurso, pode ser capaz de intervir em dada realidade. A exemplo do que falamos, destacamos aqui um trecho do jornal datado de 10 de março de 1983, Edição n° 61

Além de **defender e alimentar as aspirações populares, de nossa luta incessante pela democracia** e contra a corrupção, definimos como questão de princípio, desde a edição de lançamento desse semanário, o combate a tortura. Em Foz do Iguaçu a questão da violência policial chegou a um nível insuportável. **A cidade dominada pelo medo não tinha “instrumentos” de defesa para fazer frente as arbitrariedades cometidas pelo aparelho repressor.** NOSSO TEMPO insistiu em suas denúncias e passou a ser uma tribuna daqueles que ousaram levar a público os maus tratos recebidos. A omissão diante de tanta selvageria seria cumplicidade. (Edição n° 61, JORNAL NOSSO TEMPO, 10 de março de 1983, grifo nosso).

No enunciado acima é possível captar a posição sujeito do jornal, ou seja, é a partir desse discurso que o jornal pretende se legitimar como arauto, como um porta-voz que se estabelece, como representatividade e, assim, deseja assumir o controle da sociedade do discurso, validando seu discurso como aquele que fala em nome de outra pessoa.

Aqui se vê claramente que o poder simbólico do discurso se exerce através da legitimação<sup>13</sup>, e, portanto, torna natural o processo de dominação/apropriação de um discurso. É através da legitimação que a dominação pode se estabelecer, ou seja, que alguém que apregoa (ou grupo que apregoa) torna aceitável seu discurso, construindo seu dizer voltado para um efeito de verdade e, desta forma, hierarquiza e posiciona e, ao mesmo tempo, ganha autoridade através do discurso. Legitimado o discurso e a posição sujeito daquele que fala e internalizado um papel para si, a mídia cria uma agenda capaz de aprovar ou desaprovar, depreciar ou enaltecer um fato.

Trazendo de volta o enunciado acima “a cidade dominada pelo medo não tinha “instrumentos” de defesa para fazer frente às arbitrariedades cometidas pelo aparelho repressor” (Edição n° 61, JORNAL NOSSO TEMPO, 10 de março de 1983), é possível observar dois fatores, a saber, que o discurso quer se legitimar destacando a sua posição

<sup>13</sup> O termo legitimação deriva de Weber, onde é desenvolvido particularmente no contexto da sociologia política. O termo também será usado por Habermas (1976) que vai conceituar como um processo de dar “idoneidade” ou dignidade a uma ordem de natureza política, para que seja reconhecida e aceita.

sujeito, bem como, faz uma dura crítica a repressão levada a cabo pela ditadura militar, tendo em vista que a crítica é dirigida ao poder de Estado, que é exercido por “intermédio do aparelho repressor e dos aparelhos ideológicos de Estado” (Althusser, 1999, p. 107).

Nesse mesmo sentido, do discurso extraído do jornal se vislumbra nitidamente a demarcação de uma posição da formação discursiva do Jornal Nosso Tempo, o que pode ser comprovado no trecho extraído da manchete da Edição n° 102, de 20 de janeiro de 1984,

Os inimigos do povo estão no Palácio do Planalto. (Beth Mendes)  
O direito se conquista e se exige. (Otto Sponholz)  
A eleição indireta esvaziou a panela do povo. (José Richa)  
Mazzarollo é vítima do entulho da ditadura. (Freitas Nobre)  
Quem sabe faz a hora e não espera acontecer. (povão)  
Esses gritos vão sufocar os cochichos dos presidencialistas. (Álvaro Dias)  
Vamos derrubar essa bastilha nojenta. (Ulisses Guimarães)  
Vamos eleger um presidente que não roube e que puna os ladrões. (Álvaro Dias)  
(Edição n° 56, JORNAL NOSSO TEMPO, 09 de dezembro de 1982).

É possível também, observar os valores e crenças implícitos no discurso “a liberdade está presa – com isto quiseram calar esta tribuna popular” a fim de satisfazer a pretensão que nele se pretende para sua aceitação e inserção no tecido social, cujo teor pode ser verificado no trecho a seguir, retirado da Edição n° 56, de 09 de dezembro de 1982,

**A liberdade de imprensa esta presa na 2 CIA da PM em Piraquara, por decisão da (in) Justiça Militar. Para condenar e prender Juvêncio Mazzarollo, usaram de forma arbitrária e imoral, a fascista Lei de Segurança Nacional. Com isto quiseram calar esta tribuna popular.** Com isto pretenderam fechar definitivamente este órgão da imprensa livre. Mas com muito sacrifício estamos mostrando que NOSSO TEMPO veio para ficar. Conquistou um espaço e hoje faz parte da vida política e cultural de Foz do Iguaçu e do Paraná. Não serão as ameaças de morte, os processos e pressões que impedirão a vitória final do povo” (Edição n° 56, JORNAL NOSSO TEMPO, 09 de dezembro de 1982, grifo nosso).

Sendo a vertente do discurso uma prática de resistência a ditadura militar, o jornal atuou em várias frentes, tanto em relação ao discurso oficial bem como no combate a imprensa colaboracionista, que se posicionava a favor da situação, conforme trecho abaixo, extraído da Edição n° 102, de 20 de janeiro de 1984,

Acima de tudo, no sucesso do comício está o fato de que seu motivo foi (é) forte, está na alma do povo e trata-se de um grito que está na ponta da língua. Não é para qualquer finalidade que o povo vai à rua, particularmente em Curitiba, mas quando vai é porque a coisa é seria mesmo. Pela animação do fantástico número de pessoas que foi fazer o comício e pela lisura do comportamento geral, sem incidentes ou provocações, sem a menor baderna e sem qualquer repressão, pode-se avaliar o quanto a população deseja as eleições diretas - esta é a mais importante conclusão a tirar. Estaremos aprendendo que democracia não se recebe, mas se conquista, já e agora e não se deixa pra depois? .... Houve, porém, umas bobearias que é preciso anotar, como é o caso do comportamento da imprensa. **A Rede Globo, por exemplo, esse trombone do Palácio do Planalto** desconheceu o comício de

Curitiba. Uma pouca vergonha (Edição n° 102, JORNAL NOSSO TEMPO, 20 de janeiro de 1984, grifo nosso).

Assim, aduz se daí que o foco do discurso do jornal não foi somente a questão da produção de notícia, mas através da incursão da notícia ou do modo de noticiar o fato, o Jornal Nosso Tempo se inseriu em algo que iria mais além, a saber, encontrou uma forma de legitimar um agendamento político, a saber, o da disputa pelo poder político através da manifestação pela democracia, o que confirma o que nos diz Barros Filho (2002, p. 23),

Essa definição se objetiva em efeitos sociais como o agendamento temático, o recorte de uma agenda pública, a imposição de opiniões legítimas sobre os temas da agenda temática da mídia e a imposição de referenciais simbólicos, culturais, que determinam a interpretação e a classificação das coisas e da política (BARROS FILHO, 2002, p. 23).

Através dessa agenda, ou seja, a partir de determinado(s) enfoque(s) e abordagem(s) do(s) evento(s), o jornal encontra uma forma de inter-agir com os leitores e assim, constituir ou possibilitar “uma memória e uma produção de sentidos” (MARIANI, 1999, p. 102). Nesse sentido, para que este efeito ocorra, é necessário haver o reconhecimento do discurso, ou da sintonia com ele, a saber, essa interação através do discurso encontra equivalência na definição de eficácia simbólica, conforme exposto por Bourdieu (2008, p. 95),

Na medida em que a pessoa-alvo reconhece quem a exerce como podendo exercê-la de direito, ou então, o que dá no mesmo, quando se esquece de si mesma ou se ignora, sujeitando-se a tal eficácia, como se estivesse contribuindo para fundá-la por conta do reconhecimento que lhe concede (BOURDIEU, 2008, p. 95).

A esse respeito, na edição n° 79 do Jornal Nosso Tempo, de 30 de julho de 1983, na capa do jornal pode-se observar o seguinte enunciado: “Povo pede a cabeça de Cunha Vianna” cuja matéria está de forma completa na página número 9 dessa edição, onde se encontra o seguinte dizer: “Nos encontros populares que o PMDB vem promovendo em Foz do Iguaçu, o tema das eleições diretas para Prefeito monopoliza todas as atenções. A população está cansada da interventoria” (Edição n° 79, JORNAL NOSSO TEMPO, 30 de julho de 1983, p. 09). Se prestarmos atenção ao discurso (jogo de palavras) e separarmos as expressões “Povo pede a cabeça de Cunha Vianna”, “nos encontros populares”, “monopoliza todas as atenções”, “a população está cansada da interventoria” é possível constatar a ideia de unidade que o discurso do jornal quer passar em torno à homogeneidade de um consenso popular em torno do discurso.

A partir desse reconhecimento que lhe concede (a produção de um discurso), o Jornal Nosso Tempo encontra uma forma de fazer menção em nome do cidadão, de representá-lo,

em nome de sua liberdade, de sua segurança, conforme se pode ver na Edição n° 84, de 02 de setembro de 1983,

**Passa o tempo, muda o discurso político dos detentores do poder, mas a Lei de Segurança Nacional permanece intocada no seu desafio a construção de uma democracia digna deste nome.** "Esta aberração jurídica que fulmina a **segurança do cidadão** a pretexto de assegurar a Segurança do Estado colheu inúmeras vítimas em suas malhas ditatoriais. Entre elas está o jornalista Juvêncio Mazzarollo, editor do semanário NOSSO TEMPO (...). "Muito embora o Brasil (...) tivesse sido tão perigosamente ameaçado em sua segurança pelo semanário editado no Oeste do Paraná, disto ninguém ficou sabendo. Estávamos todos supondo que o país estava ameaçado pelo alto nível de incompetência de sua cúpula dirigente, associada a mais desenfreada corrupção de que se tem notícia em nossa história e, de repente, ficamos sabendo que não é nada disso, pois quem jogava lenha na fogueira da intranquilidade social era o jornalista Juvêncio Mazzarollo (...). "Impõe-se que o Poder Legislativo pressione o Executivo, já que não há qualquer evidência de que este tenha a iniciativa, repassada na sensibilidade, grandeza e espírito democráticos, de acabar com a LSN, ou, pelo menos, dela extirpar os seus aspectos mais aberrantes" (Edição n° 84, JORNAL NOSSO TEMPO, 02 de setembro de 1983, grifo nosso).

Nessa inter-ação com o leitor através de um modo de dizer, se inicia uma produção de sentidos e de memórias, mesmo sabendo que o jornal ele foi repetidamente desautorizado, inclusive, pelo meio do encarceramento do editor (a palavra é materialmente presa). Assim, se observa, segundo a terminologia de Foucault, que o jornal adota discursivamente uma prática de resistência para contestar as regras da sociedade do discurso, questionando a produção de sentidos, pois tinha seu discurso *desautorizado*.

Assim, é possível observar através de toda a exemplificação e exposição dessa série de práticas de resistência levadas a cabo pelo Jornal Nosso Tempo contra os órgãos do governo e contra a imprensa alinhada ao governo, uma relação entre a produção discursiva de sentidos, a memória e o acontecimento, ou seja, mais precisamente, a luta pelo controle destas, se é que é possível falar em uma ideia de controle/domínio.

Segundo Mariani (1996, p. 106)

Encontra-se, no discurso jornalístico, uma discursivização do cotidiano que se apaga para o leitor (e para o próprio sujeito que enuncia da posição "jornalística") e é nesta discursivização um falar sobre de natureza institucional -- que os mecanismos de poder vão tanto distribuindo os espaços dos dizeres possíveis como silenciando, localmente, o que não pode e não deve ser dito (MARIANI, 1996, p. 106).

Neste sentido, é possível fazer a análise que o discurso do Jornal consegue fazer a conexão com uma agenda muito forte, ou seja, o combate ao regime militar através de uma prática de resistência discursiva que visava uma oposição a forma como a estruturação política nesse momento histórico acontecia e, dessa forma, consegue tornar o seu discurso legítimo como alguém que fala baseado em um direito reconhecido institucionalmente, e com

essa representatividade, os fatos noticiados conseguem alcançar de maneira mais fácil a análise do leitor

#### **4. Considerações finais**

Através deste artigo, foi possível ver como se dá o choque entre distintas formações discursivas e como se levam a cabo algumas práticas de resistência que lutam por uma visão de mundo e que buscam construir discursivamente o social. A partir de uma compreensão de algumas noções básicas da análise do discurso, foi possível entender como as relações de poder se dão na sociedade do discurso e compreender que esse poder acontece e se exerce através de uma incessante luta pelos aparelhos ideológicos de estado. A partir dos objetivos propostos para este artigo foi possível ver como as duas formações discursivas conflitantes buscaram organizar seu discurso a fim de estabelecer relações e inter-agir com dada formação social (sociedade iguaçuense) a determinada época.

Uma alternativa que se acredita pode ser aceita quanto ao discurso é a ideia de que se por um lado a materialização do discurso é produção de sentidos, por outro lado, fica evidente que ela também compreende a materialização de uma ideologia na medida em que seus efeitos se materializam na construção da realidade. Desta forma, tendo em vista que o discurso do Jornal Nosso Tempo se articulou e se viu articulado por uma rede multifacetada de poder e, que se capilarizou em diversas redes, compreendemos que o objetivo proposto para este artigo foi cumprido, a saber, o discurso do Jornal Nosso Tempo funcionou enquanto uma prática de resistência, ou seja, como um aparato discursivo de contestação da visão hegemônica promovendo uma perturbação nessa rede de pré-construído.

Embora o Jornal Nosso Tempo se enquadre como um jornal de vertente burguesa, conforme já demonstrado, ainda assim, a partir dele foi possível constatar um viés ideológico que produziu certas tensões no cenário de crises políticas, onde o jornal optou por um discurso de não conciliação com as formas do aparelho democrático parlamentar vigente durante a ditadura militar e com a Lei de Segurança Nacional. Dessa forma, a partir do discurso do jornal foi possível ver a relação entre as duas formações discursivas distintas, ou seja, pôde-se observar que o discurso do jornal confirmou sua posição sujeito de contestação a uma visão de mundo hegemônica durante o período de ditadura militar, ou seja, questionando como a estruturação política acontecia e questionando a designação de subversivo dado pelo regime ditatorial ao jornal e, assim, construiu um dizer de resistência apontando outras dimensões possíveis para a construção de sentidos.

Portanto, como resultado, este artigo (re)constrói algumas nuances que permearam (permeiam) a história política do município de Foz do Iguaçu durante o período de ditadura militar (1980-1985) e, demonstra a articulação do discurso com as relações de poder, bem como, impacta algumas redes de memórias e serve de pano de fundo e abertura para estudos futuros.

### Referências

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O golpe de 1964 e o voto popular*. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo, n. 98, pág. 5-11, março de 2014. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002014000100001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002014000100001&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 11 de janeiro de 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002014000100001>.
- ALTHUSSER, Louis. *Sobre a reprodução*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira; [Introdução de Jacques Bidet], - Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- ARANHA, R. M. *Um olhar para a mídia regional durante a ditadura em Foz do Iguaçu (1980-84)*. XXVIII Simpósio Nacional de História. Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis – SC. 27 a 31 de Julho de 2015. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/site/anaiscomplementares> - Acesso em: 11. jan. 2021.
- BARROS FILHO, Clóvis de (org.). *Comunicação na Polis: ensaios sobre mídia e política*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BLANC, Jacob. *O último preso político: Juvêncio Mazzarollo no crepúsculo da ditadura militar no Brasil*. Tempos Históricos. Volume 20. 2º Semestre de 2016. p. 396-424. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/15799> - Acesso em: 06. jan. 2021.
- BOUDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- CABANHA, Samuel. *Memórias que narram à cidade: a trajetória de dois imigrantes portugueses em Foz do Iguaçu*. Dissertação de (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Educação, Letras e Saúde, Programa de Pós-graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras, 2017.
- CAZARIN, Ercília Ana; RASIA, Gesualda dos Santos. *As noções de acontecimento enunciativo e de acontecimento discursivo: um olhar sobre o discurso político*. Rev. Letras, Santa Maria, v. 24, n. 48, p. 193-210, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/14432>
- COSTA, A.M.; SARAIVA, L. A. S. *Memória e formalização social do passado nas organizações*. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v.45, n.6, p.1761-1780, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/PVg7bdwgSDJhF3kQwxnwTvS/abstract/?lang=pt> Acesso em: 01. nov. 2021.

DRUCIAKI, Vinícius Polzin. *A Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional na tríplice fronteira Brasil-Paraguai-Argentina: transformações territoriais e dramas no lugar*. V Simpósio Internacional de la Historia de la Electrificación “La electricidad y la transformación de la vida urbana y social”. 2019, p. 88-104. Disponível em:

<http://www.ub.edu/geocrit/Electricidad-y-transformacion-de-la-vida-urbana/ViniciusDruciaki.pdf> - Acesso em: 01. fev. 2021.

FOUCAULT, M. . *A arqueologia do saber*. (L. F. B. Neves, trans.). Rio de Janeiro: Forense-universitária, 1987.

FREISLEBEN, Alcimar P. *Como os professores usam a fotografia no ensino de geografia*. V Seminário Nacional Interdisciplinar em Experiências Educativas. 22 a 25 de maio, 2015. Disponível em: <https://docplayer.com.br/14525556-Como-os-professores-usam-a-fotografia-no-ensino-de-geografia-1.html> - Acesso em: 03. nov. 2021.

JÚNIOR, Arno Dal. R. *O conceito de segurança nacional na doutrina jurídica brasileira: usos e representações do estado novo à ditadura militar brasileira (1935-1985)*. Revista de Direitos Fundamentais e Democracia, Curitiba, v. 14, n. 14, p. 525-543, julho/dezembro de 2013. Disponível em: <https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/466> - Acesso em: 11. jan. 2021.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. de Bernardo Leitão et al. 4. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1996.

MARIANI, Bhetania Sampaio Corrêa. *O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)* / Bethania Sampaio Corrêa Mariani -- Campinas, SP: [s.n.], 1996. Orientador: Eni Puccinelli Orlandi. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270690> - Acesso em: 01. fev. 2021.

\_\_\_\_\_. Sobre um percurso de análise do discurso jornalístico: a revolução de 30. In: *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Freda Indursky e Maria Cristina Leandro Ferreira. Org(s). – Porto Alegre: Editora Sagra Luzatto, 1999. p. 102-121.

ORLANDI, E. P. *Michel Pêcheux e a Análise de Discurso (Michel Pêcheux et l'Analyse de Discours)*. Estudos da Língua(gem). Vitória da Conquista n° 1. p. 9-13. junho/2005. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/973/829> - Acesso em: 20. jan. 2021.

PÊCHEUX, M. Lecture et mémoire: project de recherche. (1982). In: L'inquietude du discours. Paris, Ed. des Cendres, 1990. *Em Análise de Discurso*. Michel Pêcheux. Textos escolhidos por Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2011.

\_\_\_\_\_. Papel da memória. Trad. de José Horta Nunes. In: ACHARD, Pierre et al. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: Gadet, Françoise & Hak, Tony (orgs.). *Por uma análise automática do discurso; uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1990.

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. *Itaipu, a dança das águas: histórias e memórias de 1966 a 1984* / Maria de Fátima Bento Ribeiro. - - Campinas, SP: [s. n.], 2006. Orientador: Edgar Salvador De Decca. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Disponível em:  
[http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/280073/1/Ribeiro\\_MariadeFatimaBento\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/280073/1/Ribeiro_MariadeFatimaBento_D.pdf) - Acesso em: 01. fev. 2021.

SOUSA, Jorge Pedro. *Teorias da Notícia e do Jornalismo*. Chapecó: Argos, 2002.

## **Historia, discurso y memoria: el periódico nuestro tiempo como práctica de resistencia a la dictadura militar en el período 1980-1985**

### **Resumen**

Este artículo moviliza Historia, Discurso y Memoria desde el presente. Para eso, explora el discurso del Periódico Nuestro Tiempo a través de algunas ediciones actualmente en formato digital, pero que fueron impresas, difundidas y que circularan en la ciudad de Foz de Iguazú, Estado del Paraná, en el período 1980-1985. Con base en el Análisis del Discurso Francés (AD), buscamos comprender cómo el discurso del periódico burgués problematizó la cuestión de una prensa “libre” y “democrática”. Para abordar esta fuente histórico-documental, se incluyeron como corpus de análisis algunas ediciones del periódico, extractos de discursos, caricaturas y fotografías, con dos tesis fundamentales; En primer plano, analiza el discurso del periódico como una práctica de resistencia a la dictadura militar y, en segundo plano, busca comprender como la organización de ese discurso (por medio de la publicación y colocación del periódico) interactuó con las cuestiones sociales, con la prensa oficial y con la prensa colaboracionista. A consecuencia, este artículo (re)construye algunos detalles que impregnan la historia de la ciudad de Foz de Iguazú, enfatizando el papel del discurso en la construcción de la memoria.

Palabras Claves: Periódico; Memoria; Discurso; Prensa.

## **Histoire, discours et mémoire: le journal notre temps comme pratique de résistance contre la dictature militaire dans la période 1980-1985**

### **Résumé**

Cet article mobilise Histoire, Discours et Mémoire du présent. Pour cela, il explore le discours du Jornal Nosso Tempo à travers quelques éditions actuellement en format numérique, mais qui ont été imprimées, diffusées et distribuées dans la municipalité de Foz do Iguacu, État du Paraná, dans la période 1980-1985. Depuis l'Analyse du discours français (AD), nous cherchons à comprendre comment le discours du journal bourgeois a problématisé la question d'une presse “libre” et “démocratique”. Pour aborder cette source historique-documentaire, quelques éditions du journal, des extraits de discours, des dessins animés et des photographies ont été inclus comme corpus d'analyse, avec deux thèses fondamentales; Au premier plan, il analyse le discours du journal comme une pratique de résistance à la dictature militaire et, en arrière-plan, il cherche à comprendre comment l'organisation de ce discours (à travers la publication et la diffusion du journal) interagissait avec les enjeux sociaux, avec la presse officielle et avec la presse collaborationniste. En conséquence, l'article (re)construit certains détails qui imprègnent l'histoire de la municipalité de Foz de Iguacu, en soulignant le rôle du discours dans la construction de la mémoire.

Mots-clés: Journal ; Mémoire; Discours; Presse. Mots-clés: Journal; Mémoire; Discours; Presse.

## **History, discourse and memory: the newspaper our time as a practice of resistance against the military dictatorship in the 1980-1985 period**

### **Abstract**

This article triggers History, Discourse and Memory from the present. For this, it explores the discourse of the Jornal Nosso Tempo through some editions currently in digital format, but which were printed, broadcast and circulated in the municipality of Foz do Iguacu, State of Paraná, in the period 1980-1985. Based on the French Discourse Analysis (AD), we seek to understand how the discourse of the bourgeois newspaper problematized the issue of a “free” and “democratic” press. To approach this historical-documentary source, some editions of the newspaper, excerpts from speeches, cartoons and photographs were included as a corpus of analysis, with two fundamental theses; In the foreground, it analyzes the newspaper's discourse as a practice of resistance to the military dictatorship and, in the background, it seeks to understand how the organization of this discourse (through the publication and circulation of the newspaper) interacted with social issues, with the official press and with the collaborationist press. As a result, the article (re)constructs some details that permeate the history of the municipality of Foz de Iguacu, emphasizing the role of discourse in the construction of memory.

Keywords: Newspaper; Memory; Discourse; Press.